

Ruptura com a política de direita Uma nova política para cumprir os direitos das mulheres!

O voto das mulheres na **CDU** contribuirá para dar mais força aos grupos parlamentares do PCP e do PEV – uma garantia de estabilidade, de trabalho na construção de uma política alternativa, de combativa intervenção em defesa dos direitos das mulheres trabalhadoras e reformadas do sector público e privado, das jovens, das imigrantes, das deficientes.

É no voto das mulheres na **CDU** que reside a confiança na exigência de ruptura com a política de direita e na luta por uma nova política para cumprir os direitos das mulheres.

O voto das mulheres na CDU dá força e confiança à luta por uma vida melhor!

O voto na CDU representa apoiar a força política que nas instituições e fora delas dá voz aos problemas e aos direitos das mulheres.

O voto na CDU representa apoiar uma força com uma acção ímpar na Assembleia da República, em que avulta a intervenção do PCP numa acção em muitos casos pioneira pela aprovação de legislação em múltiplos aspectos relacionados com a defesa dos direitos das mulheres.



CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



contacta-nos!

Nome _____

tel. _____

Morada _____

C.P. e Localidade _____



Recorta e envia para:
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 1600-169/Lisboa



Mulheres obreiras da mudança:

Rasgar novos horizontes por uma vida melhor e em igualdade!

As eleições legislativas de 27 de Setembro são uma oportunidade para romper o ciclo de alternância sem alternativa entre o PS e o PSD (com ou sem CDS-PP), partidos que impedem novas soluções para o país.

É necessário que as mulheres condenem a política de direita, que já mostrou que não vai ao encontro da justa aspiração das mulheres à igualdade – no trabalho, na família, na vida social e política.

As trabalhadoras e reformadas, particularmente afectadas pela política de direita, têm de ser obreiras da mudança, usando o seu voto para condenar tal política e seus protagonistas e rasgar novos horizontes para uma vida melhor e em igualdade.



O voto das mulheres na **CDU 2009** dá força e confiança à luta por uma vida melhor

Governo PS/Sócrates: A realidade desmente a propaganda

O Governo PS/Sócrates prometeu uma política geradora de igualdade de direitos para as mulheres, mas a realidade desmente as sistemáticas operações de propaganda:

- A taxa de desemprego das mulheres situa-se nos 9,5% (acima da média nacional), ou seja mais de 250 mil desempregadas;
- Representam 69% dos licenciados desempregados;
- Integram os mais de 300 mil desempregados que não têm direito ao subsídio de desemprego;
- A precariedade laboral (a prazo, trabalho eventual, prestação de serviços e outros), veio afectar de forma particular as jovens trabalhadoras;
- Aumento do número de trabalhadoras por conta de outrem que trabalha ao sábado (38%) e ao domingo (22%);
- Diminuição do seu peso na indústria e concentração nos serviços, acompanhada pela degradação do seu estatuto sócio-profissional;
- Recebem em média menos 30% do que os homens;
- A pensão média na invalidez é de 76,5% da dos homens e a pensão de velhice é de 60,5%;
- Aumento da pobreza nas mulheres em resultado do desemprego, baixos salários e reformas;
- A degradação do poder de compra das famílias, baixos salários, ausência de uma rede pública de apoio à infância e à terceira idade repercutem-se no tempo despendido pelas mulheres no trabalho doméstico e nos cuidados à família.

O Governo PS é responsável:

- **Pelo incumprimento da igualdade de direitos no trabalho:** com intensificação da exploração e violação dos direitos das trabalhadoras, designadamente nos seus direitos de maternidade, com a não renovação dos contratos das trabalhadoras grávidas e sobre as que exerçam os seus direitos de maternidade, sendo-lhes descontados, de forma ilegal, os prémios de produtividade e de assiduidade.
- **Pela aprovação da revisão do Código do Trabalho:** que visa facilitar a acção do patronato no alargamento dos horários de trabalho, nos despedimentos e no ataque à contratação colectiva.
- **Pela ineficácia no funcionamento dos organismos públicos que deveriam combater as discriminações, designadamente em função da maternidade e paternidade:** há entidades patronais que penalizam os homens que gozam a licença de paternidade; grande parte das mulheres não chega a gozá-la na totalidade e quando regressa ao trabalho não exerce os demais direitos (dispensa para consultas, amamentação e aleitação).

- **Pela falta de reforço dos direitos de maternidade e paternidade na lei:**

- manteve inalterável a licença de maternidade gozada em exclusivo pela mãe trabalhadora paga a 80% em caso de licença de 150 dias, e a 100% na licença de 120 dias;
- criou uma licença exclusiva do pai que terá de ser gozada em 30 dias seguidos, ou interpolados em dois intervalos de 15 dias, como condição para o pagamento do acréscimo de licença a 100% em 150 dias, e 83% em 180 dias, sempre referentes à remuneração de referência e nunca em relação ao salário-base líquido;
- reduziu direitos de assistência aos filhos com doenças crónicas, limitando o regime de redução do tempo de trabalho para essa assistência até um ano (antes não existia qualquer limitação).

O PCP tomou partido:

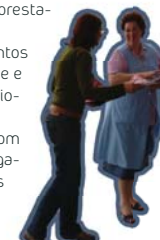
Na Assembleia da República, nas empresas e nas ruas, em defesa da melhoria das condições de vida e de trabalho das mulheres e de efectivo combate à pobreza

Em defesa dos direitos das trabalhadoras e reformadas Pelo direito de ser mãe e trabalhadora com direitos

- contra o alargamento da jornada de trabalho até 12 horas, da jornada semanal de 60 horas e da facilitação em despedir; pela redução progressiva da jornada de trabalho semanal para 35 horas; pelo direito à conciliação da vida profissional pessoal e familiar;
- pelo pagamento a 100% da remuneração quando da licença de maternidade por 150 dias e da licença por riscos específicos;
- licença de 90 dias paga a 100% da remuneração em caso de nado-morto;
- licença especial em caso de internamento hospitalar após o parto, nomeadamente quando se trate de crianças prematuras, com duração igual ao período de internamento;
- alargamento dos critérios de atribuição do subsídio de desemprego;
- reposição da possibilidade de partilha da licença por decisão

conjunta dos pais;

- aumento da dispensa de 3 para 5 dias para acompanhamento pelo pai às consultas pré-natal e reposição da possibilidade de redução do tempo de trabalho para assistência a filhos com doença crónica, independentemente da idade;
- reposição da universalidade do direito ao abono de família, revalorização desta prestação social e a criação de um subsídio de nascimento no âmbito das prestações sociais;
- criação de uma rede pública de equipamentos de apoio à infância e aos idosos de qualidade e a preços acessíveis em todo o território nacional;
- direito à reforma e a pensão digna, com aumentos dos valores das pensões e revogação das medidas penalizadoras das futuras gerações de reformadas.



Em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos

- Pela despenalização do aborto até às 12 semanas, com activa e empenhada participação na luta contra o aborto clandestino e para a vitória do Sim no Referendo de 2007;
- Pela efectiva implementação da educação sexual em meio escolar; pelo planeamento familiar nos serviços públicos de saúde; pelo acesso às técnicas de procriação medicamente assistida.



Por novas e eficazes medidas de combate à violência contra as mulheres

- Responsabilização do Estado na criação de uma rede de apoio às mulheres vítimas de violência e de apoio às mulheres e ao agregado familiar;
- garantia de condições sociais e económicas que assegurem a autonomia e independência destas mulheres;
- atribuição de um subsídio de montante mensal por um período de seis meses por forma a garantir a inserção social e autonomia financeira da vítima;
- combate à prostituição e tráfico de mulheres e protecção às mulheres prostituídas e apoio à sua autonomia pessoal e económica



CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV

